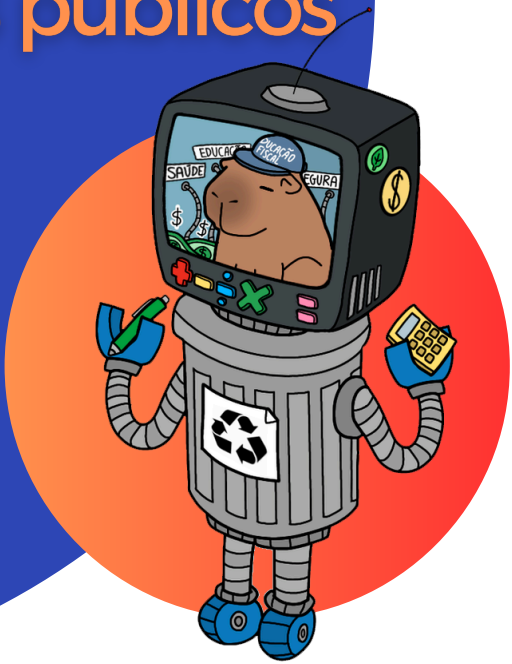
MÓDULO 4

Educação Fiscal:
Gestão democrática de recursos públicos

ENSINO MÉDIO



UFMS Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Instituto Federal Mato Grosso do Sul
FAPEC Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
PROFISCO II Mato Grosso do Sul
SEFAZ Secretaria de Estado de Fazenda
Governo de Mato Grosso do Sul
Fazer bem feito para fazer dar certo.

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EDUARDO CORRÊA RIEDEL
Governador do Estado

JOSÉ CARLOS BARBOSA
Vice-governador do Estado

FLÁVIO CÉSAR MENDES DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Fazenda – SEFAZ/MS

JEAN NEVES MENDONÇA
Secretário Adjunto de Estado de Fazenda - SEFAZ/MS

BRUNO GOUVEA BASTOS
Superintendência de Administração Tributária – SAT

SILVIA CRISTINA BARBOSA LEAL
Coordenadoria de Apoio à Administração Tributária – CAAT

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS
Responsável pela Unidade de Educação Fiscal – UNEDF/SEFAZ MS

FÁBIO JOSÉ ALBUQUERQUE
Coordenador do PROFISCO II e Coordenador do Núcleo Especial de Modernização da Administração Estadual – Conemae / SEFAZ MS

CARLOS ROBERTO ANTUNES
Coordenador Geral do Projeto/PROFISCO II UNEDF/SEFAZ MS

LEILA CARDOSO MACHADO
COORDENADORA ADJUNTA DO PROJETO/PROFISCO II – PRODUTO 1.6 – "UMA NOVA HISTÓRIA PARA EDUCAÇÃO FISCAL NO MS"

DIANA GAÚNA E GUIDO BREY JR.
Revisão - SEFAZ/MS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

CAMILA CELESTE BRANDÃO FERREIRA ÍTAVO
Reitora da UFMS

ALBERT SCHIAVETO DE SOUZA
Vice-Reitor da UFMS

NAIRA DENISE KALB
Coordenadora Geral

CLAUDIO CESAR DA SILVA
Vice-coordenador Geral

FERNANDA MALINOSKY COELHO DA ROSA
Coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento

LUCIENE CLEA DA SILVA
Vice-coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento

MILENE BARTOLOMEI SILVA
Coordenadora das Cartilhas

ELISABETH DE OLIVEIRA VENDRAMIN
Vice-coordenadora das Cartilhas

GEMAEL CHAEBO
Professor do módulo IV

MYRNA WOLFF BRACHMANN DOS SANTOS
Autor da cartilha Educação Infantil

HELLEN JAQUELINE MARQUES
Autora da cartilha Anos Iniciais do Ensino Fundamental

SANDRA NOVAIS SOUSA
Autor da cartilha Anos Finais do Ensino Fundamental

CLAUDIA CARREIRA DA ROSA
Autora da cartilha Ensino Médio

EDEMIR PEREIRA FLORES JUNIOR
Suporte Administrativo

CRIADORES DOS MASCOTES
Vencedores do concurso para criação do Mascote da Educação Fiscal de Mato Grosso do Sul, realizado pelo Governo do Estado por intermédio das Secretarias de Estado de Fazenda - SEFAZ/MS e de Educação - SED/MS

ADRIAN BRAGA DA SILVA (Campo Grande)
CÉSAR RICARDO DA SILVA (Campo Grande)
DÉBORA EMY TEIXEIRA MACIEL (Campo Grande)
ELOA PRADO PAULA MACENA (Aparecida do Taboado)
EMMANUELLY APARECIDA DE LIMA TEODORO DA SILVA (Campo Grande)
FRANCISCO DE LIMA JOAQUIM (Campo Grande)
JESSE PAULINO RAMOS (Campo Grande)
JESSICA MARTINS DE MACEDO (Ladário)
JOHNNY MACHADO LARROQUE (Campo Grande)
KARINE MACHADO DAVALO (Campo Grande)
KELLY SANDIM IWAUCHI (Campo Grande)
MARIA RITA MACEDO FERREIRA (Três Lagoas)
MARIANA DANTAS DA SILVA (Corumbá)
MARJORIE DA SILVA AGUIAR (Campo Grande)
NAIANE QUIRINO DE BIAZI (Três Lagoas)
NATÃ RAMOS SOUZA (Campo Grande)
RENAN LUCAS FARIAS DA SILVA (Campo Grande)
STEFANY FIM ARÃO (Nova Alvorada do Sul)
VITÓRIA AKEMI SILVA IDE (Ivinhema)
YASMIN CORADELO BARBOSA (Campo Grande)

Tradutores para línguas indígenas
PAULO BALTAZAR
MICHELI ALVES MACHADO

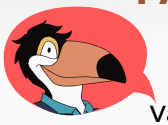
Projeto gráfico e Diagramação

Designer gráfico
LENNON GODOI

Bolsistas
Cartilhas
EMILY FLORES SANTOS
ISAAC KOSLOSKI OLIVEIRA

Redes sociais
BEATRIZ DE ALMEIDA COSTA

AULA AO AR LIVRE NO PÁTIO DA ESCOLA



Vamos começar com uma reflexão: quando vocês acordam de manhã, quais são as suas expectativas para o dia?

Eu penso que quero conseguir tomar um bom café da manhã, e ter um dia tranquilo, sem nenhum problema.

Eu já começo pensando se vai dar tempo de me arrumar sem correria e o que vou fazer depois da escola.

Para mim, é sempre sobre quais metas quero cumprir. Se o dia vai ser produtivo ou não.

Vejam só, cada um de vocês tem sonhos e expectativas diferentes. O que define se algo é bom ou ruim são vocês, certo?

Acho que depende do que a gente espera, né? Tipo, eu gosto de comer bolo do dia anterior, eu fico feliz. Mas para alguém que não gosta, isso pode parecer algo bem ruim.

Exato! O que é bom ou ruim depende das nossas expectativas. Mas existe algo que todos nós precisamos para ter uma vida digna. O que vocês acham que seria?

Talvez ter uma casa, ter comida, ter uma boa escola para ir...

Sim, esses são exemplos do mínimo necessário para garantir a dignidade humana.

Vi uma notícia sobre a importância dos tributos para garantir serviços essenciais à população. Muitas vezes, não percebemos como os impostos arrecadados pelo Estado retornam em forma de educação, saúde e segurança para todos os brasileiros.

Exatamente! A nossa Constituição assegura que esses direitos sejam garantidos a toda a população. O pagamento de tributos possibilita investimentos que melhoram a qualidade de vida, promovendo desenvolvimento social e reduzindo desigualdades.

Mas por que, às vezes, faltam as coisas, como materiais nas escolas ou médicos nos hospitais?

Isso é um grande desafio. O governo precisa gerir os recursos de forma eficiente. Às vezes, problemas como má gestão, corrupção ou a falta de controle sobre os gastos atrapalham. Vocês sabiam que existe uma lei chamada Lei de Responsabilidade Fiscal?

O que essa lei faz, professor?

Ela limita os gastos do governo, e garante que nossos representantes não gastem mais do que arrecadam. Se querem criar novas despesas, precisam mostrar de onde virá o dinheiro. Isso ajuda a manter as contas públicas equilibradas.

Então, é como em casa. Não dá para gastar com algo caro se as contas básicas não estão pagas, certo?

Isso mesmo, Tributinho! Por isso, precisamos de controle e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Agora, vamos explorar como tudo isso funciona com algumas atividades práticas.

PARA REFLETIR!

O que é Essencial para uma Vida Digna?

Descrição: Formem grupos de 4 a 6 alunos e realizem uma roda de conversa para discutir as seguintes questões:

1. Quais são os serviços públicos essenciais que vocês acham que o governo deve garantir a todos os cidadãos? Justifiquem suas escolhas.

2. Como vocês percebem a qualidade desses serviços em nossa comunidade (por exemplo, na saúde, educação, segurança, etc.)?

3. Se vocês fossem responsáveis por administrar os recursos públicos, quais ações ou mudanças fariam para melhorar esses serviços?

Instruções

- Cada grupo deve anotar as ideias principais discutidas.
- Escolham um representante para compartilhar as conclusões do grupo com a turma.
- Após a apresentação, o (a) professor(a) abrirá um debate para que todos possam refletir juntos sobre o que foi discutido.

Para conhecer mais

https://bit.ly/4kNMU5W

A AULA CONTINUA ...

Quando falamos em democracia, o que vocês pensam imediatamente?

Votar! Escolher quem vai ser o presidente ou o prefeito.

Liberdade de expressão significa poder falar o que pensamos sem medo, desde que não colida com outros direitos fundamentais, como os crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria), previstos constitucionalmente e no Código Penal Brasileiro.

Muito bem! Mas a democracia não se resume só a isso. Muitas pessoas acham que votar é o único ato democrático, mas existe muito mais envolvido. Vocês sabem o que é participar efetivamente da gestão pública?

Eu acho que seria ter voz nas decisões que os políticos tomam, mas não sei exatamente como isso funciona.

Exatamente, a gestão democrática envolve participação ativa, não apenas durante as eleições. Por exemplo, vocês já ouviram falar do conceito de esfera pública?

Não, o que é isso?

É o espaço onde nós, cidadãos, podemos discutir assuntos de interesse coletivo, como segurança, educação ou meio ambiente. E esses debates ajudam a formar a opinião pública e, consequentemente, influenciam as políticas públicas.

Então, isso quer dizer que a nossa opinião pode realmente fazer diferença?

Sim! Mas para isso, precisamos estar bem-informados. Como vocês podem opinar sobre algo, como o orçamento da escola ou a segurança no bairro, se não sabem os detalhes?

Ah, faz sentido... É como dar um palpite sem conhecer o jogo.

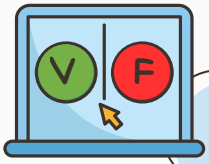
Exatamente! Além de estarmos informados, é essencial cultivarmos valores como a honestidade e a responsabilidade na administração dos recursos públicos e privados. A transparência e a participação da sociedade ajudam a construir uma gestão mais eficiente e justa.

Sim! Quando acompanhamos como os recursos são utilizados, contribuímos para uma sociedade mais ética e responsável.

Correto! Por isso, medidas como o orçamento participativo são importantes, pois permitem que a população colabore na definição das prioridades para o uso do dinheiro público. Aqui em Mato Grosso do Sul, por exemplo, há discussões sobre temas como sustentabilidade na produção agropecuária e infraestrutura para o escoamento de cargas. Vocês conseguem imaginar por que esses assuntos são relevantes para o nosso estado?

Porque nossa economia depende disso, né? Se não cuidarmos, todo mundo perde.

Exato! Agora, quero que vocês pensem em como podem se envolver mais nessas discussões. Vamos explorar isso na próxima atividade.



COLOCANDO A MÃO NA MASSA!

Quiz: Verdadeiro ou Falso sobre Participação Cidadã e Orçamento Público.

a. ( ) A democracia se resume apenas ao ato de votar a cada eleição.

b. ( ) A participação popular na gestão pública é um indicativo de uma democracia saudável.

c. ( ) A esfera pública é o espaço onde apenas os políticos debatem assuntos de interesse coletivo.

d. ( ) O orçamento participativo permite que a população influencie na alocação de recursos públicos.

Curiosidade

No Brasil, a prática de orçamento participativo começou na cidade de Porto Alegre, em 1989, e se tornou um exemplo mundial de como a população pode influenciar diretamente as decisões sobre o uso de recursos públicos. A experiência foi tão bem-sucedida que foi reconhecida internacionalmente, incentivando outras cidades ao redor do mundo a adotarem práticas semelhantes para tornar a gestão pública mais transparente e democrática.

Para conhecer mais

https://bit.ly/4ktG310

Anteriormente, comentamos sobre o orçamento público e como ele se parece com o orçamento da nossa própria casa, não é?

Sim! Eu até comentei que em casa a gente também precisa escolher o que é prioridade pra gastar.

Isso mesmo, Tributinho! E assim como em casa, é importante que todos nós participemos das decisões sobre o orçamento do governo. Quando a população se envolve, ela pode ajudar a definir as prioridades, como onde melhorar as escolas, quais ruas precisam de mais iluminação ou se há necessidade de novos postos de saúde.

Eu sei que existem as consultas públicas, mas será que é fácil participar? Como alguém da minha idade faria isso?

Boa pergunta, existem formas simples de participar, como eventos presenciais e consultas públicas online. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, as pessoas puderam participar do PPA (Plano Plurianual) e dar suas opiniões sobre as necessidades locais em encontros em várias cidades. O estado também criou uma Consulta Pública Online para que qualquer pessoa pudesse dar sugestões, inclusive jovens como vocês!

Então, se a gente tivesse uma ideia boa, poderia ser ouvida? Tipo, se nossa escola precisa de mais livros, a gente poderia pedir?

Exatamente! Esse é o objetivo. O governo quer ouvir sugestões da população porque isso ajuda a direcionar melhor os recursos. Quanto mais pessoas participam, mais chance de termos um orçamento que atende às verdadeiras necessidades da comunidade.

Nossa, então a gente poderia participar também, como quando a família planeja o que vai comprar no mês.

Isso mesmo, participar do orçamento público é como ajudar na organização da nossa própria casa, mas numa escala maior. É um jeito de garantir que o governo saiba o que realmente importa para as pessoas de cada bairro, cidade ou escola.

Acho que estou começando a entender! A ausência de participação é como deixar outras pessoas decidirem as coisas por nós, né?

Exato! Quando não participamos, abrimos mão de ajudar a tomar decisões que impactam nossa vida. Participar do orçamento é um direito nosso e, ao mesmo tempo, uma responsabilidade, pois assim podemos construir uma sociedade mais justa e democrática.

Gostei! Quem sabe a gente já comece a pensar em ideias para o próximo orçamento. Professor, que tal fazermos uma atividade agora para verificar o que aprendemos até aqui?

Boa ideia! Vamos lá, tenho uma atividade para vocês a seguir.

Para conhecer mais

https://bit.ly/3ZLMGE2

COLOCANDO A MÃO NA MASSA!

Participação popular na elaboração e na execução do orçamento estadual

As palavras deste caça palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, com palavras ao contrário.

T	O	D	O	A	L	I	S	B	S	N	R	C	M	O	K	E	H
N	T	A	O	S	E	E	F	A	A	T	I	E	C	E	R	R	R
I	G	L	O	O	I	A	Ç	N	A	N	R	E	V	O	G	I	I
N	I	C	E	T	E	I	S	A	I	C	A	R	C	O	M	E	D
T	R	A	N	S	P	A	R	Ê	N	C	I	A	T	L	A	C	T
S	A	L	D	O	T	N	E	M	A	J	E	N	A	L	P	N	R
R	G	S	T	S	Y	O	F	Y	I	R	E	P	I	K	P	N	C
E	S	A	E	R	H	T	E	I	S	M	M	B	N	N	E	W	N
I	R	E	C	U	O	P	I	R	A	I	N	A	D	A	D	I	C
H	Y	W	F	C	R	O	T	Ç	L	N	O	E	E	E	C	O	O
O	L	E	R	E	P	A	R	T	I	C	I	P	A	Ç	Ã	O	O
B	B	S	P	R	I	O	R	I	D	A	D	E	S	P	E	S	A

CIDADANIA
DEMOCRACIA
DESPESA

GOVERNANÇA
LDO
LOA

ORÇAMENTO
PARTICIPAÇÃO
PLANEJAMENTO

PPA
PRIORIDADE
RECEITA

RECURSOS
TRANSPARÊNCIA

Pessoal, nossa aula termina daqui a pouquinho e quero discutir com vocês um tema muito importante: a gestão democrática nas escolas. Quero saber de vocês, o que acham que significa uma gestão democrática?

Eu acho que tem a ver com todos terem voz, não só os professores ou diretores, mas também nós, estudantes.

Exatamente! E é por isso que temos iniciativas como os grêmios estudantis e os colegiados escolares. Vocês sabiam que em Três Lagoas, na Escola Estadual Fernando Corrêa, os estudantes até fazem assembleias para eleger representantes de turma?

Uau, assembleias? Tipo, eles votam de verdade, igual nas eleições?

Sim! Eles fazem a votação com contagem aberta, e até escolhem um professor padrinho para ajudar a orientar as decisões.

Isso parece incrível. Aposto que os estudantes se sentem mais motivados. Mas o que exatamente o grêmio faz depois que é eleito?

Boa pergunta! Depois de eleitos, os representantes estudantis podem criar projetos de interesse dos estudantes, como eventos culturais, esportivos ou ações para melhorar a escola e a comunidade. Em algumas cidades, estudantes já revitalizaram praças e organizaram eventos pós-pandemia. Nós, estudantes, podemos fazer a diferença, mas é preciso saber onde acontecem as assembleias participativas e propor ideias para melhorar a comunidade!

E essa ideia de gestão democrática é só para os estudantes? Ou os pais também participam?

Ah, ótima questão! Em Dourados, na Escola Estadual Professor Alício Araújo, os pais e responsáveis ajudam a escolher os representantes do colegiado escolar.
Isso garante que toda a comunidade escolar tenha voz nas decisões.

Que legal saber que nossos pais também participam das decisões da escola! Poder discutir e decidir junto com os professores e a comunidade escolar faz toda a diferença!

E por isso estamos aqui, discutindo! Porque a participação democrática é uma construção de todos nós. Agora, pensem em um tema importante para nossa escola. O que vocês gostariam de sugerir para melhorar o ambiente?

Eu sugeriria, por exemplo, mais eventos de orientação de carreira, porque muitos de nós ainda não sabem o que fazer depois do ensino médio.

Eu acho que precisamos discutir questões sobre o combate ao bullying, porque é algo que ainda precisamos discutir muito por aqui.

Excelentes ideias! Vamos anotar todas as sugestões e pensar em como podemos colocá-las em prática. Afinal, fazer parte de uma gestão democrática começa com pequenas ações, como essa conversa de hoje.

Para conhecer mais

https://bit.ly/4jw7w1p

Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS)

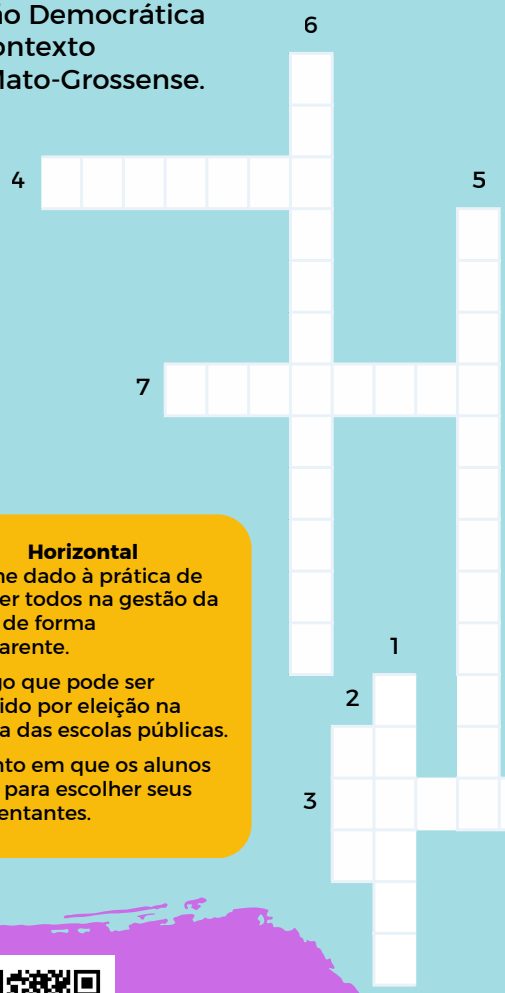
https://www.sed.ms.gov.br/

Gestão democrática nos sistemas e na escola

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf

COLOCANDO A MÃO NA MASSA!

1. Complete a cruzadinha: Gestão Democrática no Contexto Sul-Mato-Grossense.



Vertical

1.Órgão representativo formado por estudantes em uma escola.

2. Documento que define as diretrizes da educação no Brasil (sigla).

5.Conjunto de normas que garantem direitos e deveres no Brasil.

6.Processo de tomar decisões com a participação de todos os envolvidos.

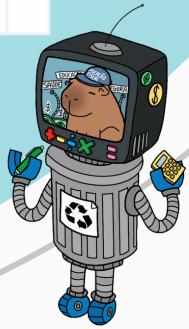
8.Documento que define metas e objetivos de governo para 4 anos (sigla).

Horizontal

3. Nome dado à prática de envolver todos na gestão da escola de forma transparente.

4. Cargo que pode ser escolhido por eleição na maioria das escolas públicas.

7. Evento em que os alunos votam para escolher seus representantes.



CONFIRA AS RESPOSTAS DAS ATIVIDADES

https://bit.ly/44YHIYb

ANEXOS QR CODES

Introdução

Quando você acorda pela manhã, quais são as suas expectativas para aquele dia?

Você planeja o que irá tomar no café da manhã, como irá à escola e quais atividades irá realizar naquele dia. Na véspera de ano novo (31 de dezembro) a mesma situação, você define metas e objetivos para o ano que se inicia. Essas metas e objetivos provavelmente estão conectados a sonhos ou expectativas que você tem. Perceba que, por sermos pessoas diferentes, cada indivíduo terá sonhos e expectativas próprias, seja para o dia ou para o ano que se inicia.

Pode ser que você fique feliz e contente por ter sobrado um pãozinho do dia anterior e que não esteja chovendo, pois assim sabe que irá se alimentar antes de ir à escola e poderá chegar seco na aula. Ou, se você for uma pessoa rica, que ter um pão amanhecido e seguir de ônibus até a escola pode significar um dia péssimo, realmente ruim. Então, aquilo que é bom ou ruim, é modulado por nossas expectativas de maneira geral. Mas apesar dessa modulação, perceba que é necessário que as pessoas tenham ao menos o mínimo para garantir a dignidade humana.

E o que seria esse mínimo? Antes de entrar no assunto, irei propor um exercício de reflexão. Você já leu ou assistiu na televisão casos de pessoas que se arriscam no mar para chegar a outro país? Ou então, que largaram tudo no país onde viviam e se mudaram? Por que as pessoas fazem isso? Leiam o trecho dessas notícias:

"Quatro imigrantes foram resgatados após serem encontrados no leme de um cargueiro que partiu da Nigéria e tinha como destino o Porto de Santos; eles serão devolvidos ao país de origem" (Revista Exame, 2023).

"A médica venezuelana Lígia Carmo, 40 anos, até conseguiu passar pelos anos mais críticos da crise, mas a situação ficou mais difícil no ano passado, quando se viu divorciada e com três filhos para criar. Grávida, ela cruzou a fronteira de Roraima com sua filha de 16 anos, seu filho de 6, e sua bebê na barriga, que pariu em um abrigo da Operação Acolhida" (O Globo, 2023).

Imagine deixar a sua casa, emprego, amigos e familiares, para tentar encontrar condições de sobrevivência em um novo país, em que não se conhece ninguém, e ainda, precisando enfrentar o preconceito contra os imigrantes. Talvez para a nossa realidade atual brasileira isso seja impensável, mas pode ser que alguns de nossos vovôs e vovós tiveram de fazer isso, ao imigrar para o Brasil há 60, 70 ou 80 anos atrás.

E o que o Estado brasileiro tem a ver com isso? O Estado precisa oferecer condições de sobrevivência, desenvolvimento e qualidade de vida aos seus cidadãos. O mínimo existencial é um conceito jurídico que fixa uma ampla garantia de direitos humanos a serem garantidas pelos Estados, inclusive sendo defendido em esfera internacional pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Nunes; Caldeira, 2022).

No Brasil, esses direitos e garantias (e não podemos esquecer dos deveres!) estão fixados em nosso ordenamento jurídico (as nossas leis), expresso de maneira pétrea em nossa Constituição Federal de 1988. Nesta, está escrito por exemplo, que são:

"Art 6° São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição" (Brasil, 1988).

De forma geral, as expectativas sobre o Estado brasileiro são muito elevadas. A população espera ter um sistema de saúde gratuito e de qualidade, educação gratuita em todos os níveis de formação, estímulo ao trabalho e a renda, segurança pública, saneamento básico, habitação e muito mais.

Devido a nossa vivência cotidiana, acho que fica claro que ainda estamos muito longe de alcançar padrões ideais na prestação desses serviços. Na prática observamos: longa espera em filas de atendimento em hospitais, insegurança pública nos bairros, falta de materiais nas escolas, poucas oportunidades rentáveis de trabalho e renda, dentre outras situações.

A causa mais veiculada pela mídia para que esses serviços públicos fiquem aquém do esperado é a falta de recursos públicos. Ou seja, o governo justifica que não há dinheiro para atender a todas as necessidades da população com relação a esses direitos básicos, ainda que estejam previstos em lei. Não quero entrar no mérito do porque não há dinheiro disponível; mas, são frequentes as notícias sobre corrupção, má gestão ou desperdício no setor público. Leiam o trecho dessas notícias:

“Santa Catarina tem 18 prefeitos presos por corrupção em pouco mais de um ano” (Carta Capital, 2024).

“PF faz operação sobre desvios do orçamento secreto em cidade de 39 mil moradores no Maranhão que ‘extraiu’ 540 mil dentes” (Estadão, 2023).

Assim como acontece em nossas casas, o governo, enquanto representante do Estado, precisa manter suas contas em dia. Uma mãe de família não sai para comprar roupas chiques, se antes não tem comida na mesa. Um pai de família não sai para comprar um celular de alto valor, se antes as contas de água e luz não estão pagas. Essa noção está presente em nós cidadãos e precisamos que nossos governantes compartilhem dessa mesma noção quanto às contas públicas.

Algumas medidas foram criadas para limitar a capacidade dos governantes no que se refere aos gastos públicos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no ano de 2000 (Brasil, 2000), que impede que nossos representantes gastem mais do que arrecadam, prestando contas sobre quanto e como gastam o dinheiro público.

Acesse o link e saiba mais: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/orcamento/lei-de-responsabilidade-fiscal/dicas/080807_pub_lrf_dicas_port.pdf

A LRF deve ser cumprida por municípios, estados e governo federal, bem como por membros dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Com a LRF, qualquer governante não pode criar uma nova despesa, sem que defina uma nova fonte de receita (Brasil, 2000). Ou seja, se quer gastar mais, é preciso demonstrar de onde virá esse dinheiro.

Mas vamos lá, eu aprendi que o governante não pode gastar mais do que arrecada. Então com a justificativa da falta de recursos públicos, esses mesmos governantes podem se ver desobrigados em oferecer serviços públicos básicos à população? Pois é, se chegar a esse ponto, eu, enquanto cidadão, quero minimamente saber como esse governante está gastando o MEU dinheiro. **É necessário melhorar a qualidade do gasto público, pois gastar mais não significa gastar melhor** (ENAP, 2017). A melhoria do gasto público perpassa pela possibilidade de estabelecer mecanismos de controle e verificação das ações governamentais.

Imagine a seguinte situação, que você compra um chocolate e deixa na geladeira de sua casa, mas quando procura no dia seguinte não encontra, e seus familiares não assumem a culpa. Como responsabilizar o culpado? Ou então, se você tiver uma empresa, como garantir que seus funcionários estão realizando suas tarefas ainda que você não esteja presente? Dentro da lógica organizacional, o controle tem a funcionalidade de ser garantidor do cumprimento de metas e objetivos, bem como de realizar o acompanhamento das ações e promover a eficácia organizacional (Ribeiro, 2002).

Se não há controle, por consequência, não há possibilidade de responsabilização pelas ações praticadas. O Brasil com suas dimensões continentais, seja no público-alvo atendido, quantidade de servidores e amplitude de ações que exerce sobre sua população, representa um desafio enorme no que se refere a esses controles.

Exploraremos na próxima subseção os fundamentos da gestão democrática de recursos públicos com foco em Mato Grosso do Sul.

Fundamentos da Gestão Democrática de Recursos com Foco em Mato Grosso do Sul

Acompanhar a execução dos recursos públicos e, por conseguinte, realizar sua fiscalização são possibilidades reais dentro de um contexto democrático. Precisamos ampliar nosso entendimento do que seria democracia, que não se resume em ter liberdade para depositar o voto para o candidato A ou B a cada eleição. **Esse erro é bastante comum, de confundirmos liberdade política com democracia** (Ribeiro, 1998).

Existirá democracia quando houver vontade popular efetivamente sendo exercida. Frase pequena mas de difícil entendimento, não é mesmo? Em outras palavras, existirá democracia quando a vontade do povo for atendida. Que vontades são essas? Começamos esse módulo falando um pouco sobre isso, sobre sonhos, desejos e expectativas que cada um guarda dentro de si. E como podemos fazer isso acontecer?

Vamos lá!! Para haver uma boa democracia é necessária a presença de instituições, isto é, estruturas políticas, administrativas e legais que não permitam aos governantes mudar as leis (regras do jogo) quando for de seu interesse, o que gera segurança (institucional) a todos. Também se faz necessário que essas instituições funcionem, sejam efetivas, e não somente simbólicas. A responsabilização dos governantes por suas ações também seria um indicativo de democracia. É importante, ainda, citar a participação popular ativa na gestão pública (Ribeiro, 1998).

Acima de tudo, o governo precisa ser bom para a população. Isso é democracia! Quando julgamos um governo como mal ou ruim, fica evidente que este está falhando em compreender e atender os anseios da população.

Vamos ampliar nosso entendimento do que seria esfera pública e como a comunidade pode fazer parte dessa dinâmica. Entende-se por esfera pública o espaço de discussão sobre os assuntos que são de interesse da sociedade, o que contempla a participação cidadã (Habermas, 1962). Esse espaço de discussão acaba por definir a opinião pública, ou seja, os direcionamentos gerais sobre as mais diversas pautas que envolvem a vida coletiva.

Atualmente, no Brasil, são pautas assuntos relacionados: Às mudanças climáticas e reflexos sobre a agricultura e sobre as cidades; Excesso de uso de tecnologia e como se precaver quanto a privacidade da imagem e dados pessoais; Economia e a sustentabilidade do gasto público na promoção social, entre outras. Para o estado de Mato Grosso do Sul também existem pautas específicas, que são próprias da nossa região, a citar: Sustentabilidade entre produção agropecuária e defesa do meio ambiente; Infraestrutura logística para escoamento de cargas; Promoção do turismo e desenvolvimento local, entre outras.

Da mesma forma, nosso município tem pautas em discussão, e mesmo no bairro em que vivemos há assuntos que estão na "boca do povo". Pode ser um assunto relacionado à segurança pública, se por exemplo estiverem ocorrendo muitos furtos na região. Pode ser um assunto relacionado à educação, caso esteja ocorrendo uma elevada evasão escolar. Ou então, pode ser um assunto relacionado à economia, caso vários comércios da região estejam "fechando as portas".

Esses assuntos que estão na boca do povo acabam se tornando alvo de políticas públicas, até porque nossos governantes pretendem se manter no poder. Em decorrência disso, a percepção que um problema ganha destaque na vida pública, faz com que esses espaços de interação entre público e privado aumentem - o que aumenta, por sua vez, a capacidade da população de influenciar nas decisões públicas.

Para ocorrer efetivamente uma boa gestão democrática é necessário que os cidadãos estejam capacitados a participar nestes espaços, não sendo meros espectadores daquilo que o poder público determina. Para que isso aconteça, é necessário haver transparência nos atos públicos, acesso à informação de qualidade e prestação de contas e responsabilização dos agentes públicos (Filgueiras, 2011).

Pense comigo, como posso opinar (ou avaliar) sobre um assunto, se sei pouco sobre aquele assunto? Eu preciso me embasar em conhecimentos, para ter capacidade de conversar sobre determinado tópico. Ou então, ainda que esteja preparado a discussão, o governo não oferece os dados de que necessito para analisar o andamento de uma política pública. E ainda, se diagnosticadas falhas ou intercorrências no bom andamento de uma política, como responsabilizar os culpados?

Todas essas questões fazem com que a participação popular na administração pública a torne mais democrática, capaz de definir e acompanhar a implementação de políticas, o que por sua vez melhora a gestão pública. Ter a população participando significa ter melhores políticas públicas entregues à sociedade. Quem sabe da realidade do bairro, se não os moradores? Quem conhece da saúde pública, se não aquele que está aguardando na fila do hospital?

Uma ótima forma de exercer sua participação cidadã é se envolver no orçamento público. Se, como conversamos no início desse módulo, o governo utiliza a justificativa da falta de recursos para não entregar serviços à população, então participar do orçamento permite influenciar onde ocorrerá a aplicação de valores e o montante. Essa participação popular no orçamento é chamada de **orçamento participativo**. O orçamento participativo ocorre através de assembleias e consultas públicas.

Falaremos na próxima subseção sobre a participação popular na elaboração e na execução do orçamento estadual de Mato Grosso do Sul.

Participação Popular na Elaboração e na Execução do Orçamento Estadual

Orçamento público pode ser definido como o instrumento de planejamento que estima os recursos que serão arrecadados e as ações a serem realizadas a partir da obtenção desses recursos. O orçamento se mostra necessário para o equilíbrio das contas públicas e indica para a sociedade as prioridades de governo, ou seja, onde este pretende gastar os recursos obtidos (Ministério do Planejamento e Orçamento, 2024).

Como vimos, não há como se falar em orçamento sem se falar em planejamento. No Brasil, as ações de planejamento governamental se materializam através do Plano Plurianual (PPA), que se desdobra anualmente para fins de execução na Lei Orçamentária Anual (LOA), a partir da definição das metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (ENAP, 2014; SEGOV MS, 2024). A união, estados e municípios precisam projetar anualmente seu orçamento para o ano subsequente, pois somente as despesas ali definidas podem ser executadas (SEGOV MS, 2024).

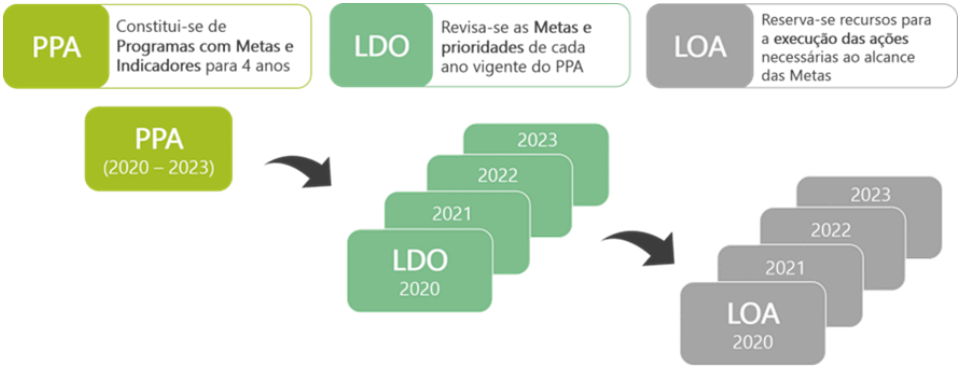


Figura. Instrumentos de planejamento governamental e execução orçamentária
Fonte: SEGOV MS (2024).

Participar da elaboração do planejamento e do orçamento público significa, consequentemente, influenciar na elaboração e direção das políticas públicas. E a participação popular pode impactar muito nesses resultados. Traçando um paralelo, quantos de vocês, por exemplo, gostariam de participar do planejamento e execução do orçamento de suas casas? Ou seja, participar das decisões sobre como se vai gastar o dinheiro! Imagino que muitos.

Talvez alguns de vocês achem correto gastar parte do dinheiro da família em um brinquedo ou em um celular novo. E isso irá proporcionar algum grau de discussão (para não dizer brigas) no âmbito da família. Cada membro poderá entender que os recursos obtidos devem ser direcionados a alguma atividade que os beneficia. Se o orçamento em sua casa é de, por exemplo, 2 mil reais, esse é o valor máximo que as despesas podem alcançar em um determinado mês.

Seus pais precisam pagar aluguel, água, luz, telefone, comida, transporte, entre outras despesas. Fora as situações eventuais que surgem, como gastos médicos, medicamentos, um eletrodoméstico que quebra, o gás de cozinha que acaba, e mais. Adiciona-se a essa realidade, as despesas parceladas que são feitas em crediários de lojas ou com cartões de crédito. Se manter dentro do orçamento é problemático, pois requer planejamento das despesas e autocontrole, para não se “empolgar” em uma determinada situação e acabar comprometendo a renda com algo não essencial.

Por isso devemos participar do orçamento, seja dentro de nossas casas ou na vida pública. Permitamo-nos entender o custo de vida para a manutenção de nossas casas, o quanto nossos pais sofrem financeiramente para que não falte nada. Um orçamento bem elaborado faz com que os envolvidos compreendam as necessidades uns dos outros, bem como cria espaços para fazer passar suas próprias propostas.

Se você precisa de um espaço no orçamento de sua casa para comprar uma calça de 100 reais, pode perceber que daqui a três meses haverá um espaço no orçamento para tanto. Mas isso requer transparência como já dissemos, que tenhamos conhecimento sobre os gastos e uma capacidade de previsibilidade sobre as demandas de todos. Ou, que esse custo (100 reais) seja compensado pela diminuição de alguma despesa, como por exemplo, o seu compromisso com a diminuição do gasto com água e energia. **Lembre-se, para cada despesa deve haver uma receita correspondente!**

Na vida pública, não é muito diferente. A ausência de participação significa deixar a critério de outras pessoas opinar nas situações que impactam a nossa vida. Quais bairros devem receber rede de saneamento básico? Quais bairros devem receber manta asfáltica renovada? Quais unidades de polícia demandam mais servidores? Quais escolas necessitam de um aprimoramento na merenda escolar? Quem está participando tem a oportunidade de orientar esses recursos para o seu bairro ou região. E pelo contrário, uma comunidade pouco participativa, acaba sentindo o descaso e abandono do poder público.

E quais oportunidades temos de participação? De forma geral, a população pode participar da elaboração do PPA, que define as metas e objetivos para 4 anos, bem como da LDO e da LOA. Nas palavras da Senadora Dorinha, "as experiências de participação popular foram um grande avanço político na democratização do Brasil. Para ela, a participação popular na elaboração dos orçamentos é fundamental para a construção de um Estado justo e transparente" (Agência Senado, 2024).

A participação no PPA 2020-2023 se desdobrou em cinco encontros regionais, em vários municípios (Aquidauana, Naviraí, São Gabriel do Oeste, Três Lagoas e Ponta Porã) do estado de Mato Grosso do Sul e em 1 encontro estadual realizado em Campo Grande - MS. No encontro regional, foram apresentadas as propostas dos encontros regionais, bem como os resultados da Consulta Pública Online. A Consulta Pública Online estava disponível por meio do link www.participa.ms.gov.br, onde os cidadãos previamente cadastrados puderam apontar preferências e oferecer sugestões (SEGOV/MS, s/d).

Falaremos na próxima subseção sobre as experiências práticas e casos exemplares de gestão democrática no contexto sul-mato-grossense.

Experiências Práticas e Casos Exemplares de Gestão Democrática no Contexto Sul-Mato-Grossense

Gestão democrática é um termo usualmente adotado para tratar do ambiente escolar, onde algumas escolas adotam uma abordagem aberta e descentralizada com a comunidade, sobre as decisões que afetam a coletividade. Inclui-se nessa coletividade, diretores, corpo docente e administrativo, estudantes e suas famílias. A ideia é concebida sobre o pilar da autoadministração, onde a comunidade escolar desenvolve sua autonomia e capacidade de decisão sobre os assuntos de seu dia a dia.

A Constituição de 1988 já preconiza em seu art. 206 a gestão democrática nas escolas públicas (Brasil, 1988), assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 2018) em seu art. 3. Contempla a Gestão democrática: a eleição de diretores, presença de conselhos escolares, participação na elaboração do projeto político-pedagógico, transparência das ações e prestação de contas. Vejamos alguns casos de gestão democrática em escolas de Mato Grosso do Sul.

Caso Exemplar 1. Na Escola Estadual Fernando Corrêa em Três Lagoas, os estudantes participam de pequenas assembleias para decidir os representantes de turma, com votação e contagem aberta dos votos. Também, escolhem um professor padrinho para acompanhá-los. O conselho de representantes é uma instância intermediária do grêmio estudantil, órgão de representação exclusivo dos estudantes (SED, 2022).

https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/Alunos-esperando-a-hora-de-votar.jpg

O grêmio estudantil da escola desenvolveu várias atividades no período pós-pandemia, que era, naquele momento, um anseio dos alunos. Para a gestora da escola, a prática democrática torna os estudantes corresponsáveis pela aprendizagem, tornando-os mais maduros. Estes acabam por desenvolver suas habilidades interpessoais e sua capacidade de trabalhar em equipe para alcançar objetivos (SED, 2022).

Caso Exemplar 2. Na Escola Estadual Professor Alício Araújo. em Dourados, estudantes, pais e responsáveis, professores e coordenadores participaram das eleições para o colegiado escolar, biênio 2024-2025. A eleição do colegiado tem como objetivo estimular a participação ativa da comunidade na gestão da escola. Isso torna a gestão mais transparente, representativa e corresponsável pelas decisões no ambiente escolar (SED, 2024).

https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/Secao-de-voto-dos-alunos-e-pais.jpg

A eleição simboliza a criação de um ambiente escolar mais inclusivo e participativo, onde cada membro da comunidade pode opinar democraticamente. Segundo o diretor Marcos Falco de Lima (SED, 2024), atitudes como esta propiciam "gestão democrática, planejamento participativo, desenvolvimento de políticas educacionais e melhoria contínua da qualidade de ensino".

Em ambos os casos e em muitos outros existentes sobre gestão democrática nas escolas de Mato Grosso do Sul, o foco está no envolvimento das pessoas em torno de resultados. Uma escola é um ambiente de extrema relevância, não somente pelo público-alvo, que é o futuro do Brasil; mas também no desenvolvimento de competências em nossos jovens, que virão a se tornar os líderes do amanhã.

Dentro do ambiente escolar, essa participação poderá abordar uma infinidade de temas, que demonstram ser importantes a cada realidade, de cada escola, em cada município. Pode ser que na sua escola se esteja discutindo combate a violência e bullying, combate a drogas, incentivo ao esporte, necessidade de reforço escolar, orientação de carreiras ou introdução no mercado de trabalho. Vejam, são muitos os temas que estão presentes nas escolas!!

Dentro da discussão realizada neste módulo, a participação se torna democrática à medida que os esforços se traduzem em resultados efetivos, isto é, que as ações propiciem qualidade no ensino e elevação nas expectativas daqueles que se envolvem nesse espaço público.

Respostas das atividades

Atividade 1

a. F

b. V

c. F

d. V

Atividade 2

T	O	D	O	A	L	I	S	B	S	N	R	C	M	O	K	E	H
N	T	A	O	S	E	E	F	A	A	T	I	E	C	E	R	R	R
I	G	L	O	O	I	A	Ç	N	A	N	R	E	V	O	G	I	I
N	I	C	E	T	E	I	S	A	I	C	A	R	C	O	M	E	D
T	R	A	N	S	P	A	R	Ê	N	C	I	A	T	L	A	C	T
S	A	L	D	O	T	N	E	M	A	J	E	N	A	L	P	N	R
R	G	S	T	S	Y	O	F	Y	I	R	E	P	I	K	P	N	C
E	S	A	E	R	H	T	E	I	S	M	M	B	N	N	E	W	N
I	R	E	C	U	O	P	I	R	A	I	N	A	D	A	D	I	C
H	Y	W	F	C	R	O	T	Ç	L	N	O	E	E	E	C	O	O
O	L	E	R	E	P	A	R	T	I	C	I	P	A	Ç	Ã	O	O
B	B	S	P	R	I	O	R	I	D	A	D	E	S	P	E	S	A

Atividade 3

1. Grêmio 2.LDB 3. Democracia 4. Diretor 5. Constituição 6. Participação 7. Eleições 8. PPA

ANOTAÇÕES

Agradecimento Institucional

O Projeto “**Uma Nova História para a Educação Fiscal do MS**”, executado por meio de uma articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC), representa um exemplo de cooperação pública voltada ao fortalecimento das políticas de educação fiscal em Mato Grosso do Sul.

Esta ação integra o Plano Estadual de Educação Fiscal (PEEF), vinculado ao PROFISCO II, e tem como foco promover a formação cidadã, ampliar a compreensão da função socioeconômica dos tributos e estimular o envolvimento da população no acompanhamento da gestão pública, por meio de instrumentos acessíveis, criativos e com linguagem regionalizada.

Agradecemos, de forma especial, à Receita Federal do Brasil, cuja atuação enquanto órgão fiscalizador, orientador e promotor da justiça tributária é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e comprometida com os princípios da equidade fiscal e da responsabilidade coletiva.

Reconhecemos, igualmente, a liderança e o compromisso da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), que tem conduzido com excelência as ações voltadas à disseminação da educação fiscal no Estado, fortalecendo parcerias institucionais e promovendo inovações pedagógicas.

Destacamos ainda a valiosa contribuição da Secretaria de Estado de Educação (SED), cuja atuação foi essencial para a realização do concurso “Mascote da Educação Fiscal de Mato Grosso do Sul”, iniciativa que aproximou a temática fiscal do universo das crianças, educadores e da comunidade escolar, utilizando a arte e a cultura como instrumentos de sensibilização.

A UFMS, a UEMS e o IFMS, por meio de seus corpos docentes, técnicos e discentes, foram protagonistas na elaboração e desenvolvimento de ações de pesquisa, extensão e produção de materiais educativos, contribuindo para o fortalecimento do pensamento crítico, da ética cidadã e da capacidade da sociedade em exercer o controle social.

À FAPEC, nosso reconhecimento pelo apoio técnico e administrativo, imprescindível para a execução eficiente e transparente do projeto.

Reiteramos nossos agradecimentos a todas as instituições e profissionais envolvidos que, com dedicação, sensibilidade social e espírito colaborativo, tornaram este projeto possível. Que esta seja apenas a primeira etapa de uma longa caminhada em favor da educação fiscal cidadã em Mato Grosso do Sul, comprometida com a justiça social, a cidadania ativa e a valorização do bem público.

EXPEDIENTE GERAL

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Governador do Estado
EDUARDO CORREA RIEDEL

Vice-governador do Estado
JOSÉ CARLOS BARBOSA

Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica – SEGOV/MS
RODRIGO PEREZ RAMOS

Secretária Adjunta de Governo e Gestão Estratégica – SEGOV/MS
ANA CAROLINA ARAÚJO NARDES

Secretário Executivo de Gestão Estratégica e Municipalismo – SEGOV/MS
THANER CASTRO NOGUEIRA

Secretário de Estado de Fazenda - SEFAZ/MS
FLÁVIO OÉSAR MENDES DE OLIVEIRA

Secretário Adjunto de Estado de Fazenda - SEFAZ/MS
JEAN NEVES MENDONÇA

Superintendência de Administração Tributária - SAT
BRUNO GOUVEA BASTOS

Coordenadoria de Apoio à Administração Tributária - CAAT
SILVIA CRISTINA BARBOSA LEAL

Responsável pela Unidade de Educação Fiscal UNEDF/SEFAZ MS
FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Coordenador do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil – Fase II - PROFISCO II e Coordenador do Núcleo Especial de Modernização da Administração Estadual – CONEMAE - SEFAZ MS
FÁBIO JOSÉ ALBUQUERQUE

Coordenador Geral do Projeto/PROFISCO II – Produto 1.6 – "Uma Nova História para Educação Fiscal no MS"
CARLOS ROBERTO ANTUNES

Coordenadora Adjunta do Projeto/PROFISCO II – Produto 1.6 – "Uma Nova História para Educação Fiscal no MS"
LEILA CARDOSO MACHADO

Colaboração - Unidade de Educação Fiscal - SEFAZ MS
CLAUDIA DE OLIVEIRA RIBEIRO GONÇALVES
MÁRCIA MARIA DOS SANTOS
MARIA MASAE SHIROTA
VANEIDE BARBOSA DE ARAÚJO SILVA

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA - FAPEC

Diretor Presidente da FAPEC
MARCOS VINÍCIUS DA CRUZ COELHO

Diretor Administrativo e Financeiro da FAPEC
CARLOS HENRIQUE VAZ DE CARVALHO RABELLO

Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da FAPEC
RUY ALBERTO CORRÊA FILHO

Superintendente da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DPDI) – FAPEC
BRUNO CAZEIRO ASTOLFI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS)

Reitor da UEMS
LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO

Vice-reitora da UEMS
LUCIANA FERREIRA DA SILVA

PROJETO PROFISCO II / UEMS

Coordenação Geral
NATANIEL DOS SANTOS GOMES

Vice-Coordenação
KÁTIA JULIANE LOPES DE OLIVEIRA

Coordenador Geral Administrativo Financeiro
DANIEL ABRÃO

Coordenação de Etapas
LEILA CARDOSO MACHADO
ANTONIA RAQUEL LIMA CAMARGO ZOTTOS

Coordenação TI
HAROLDO WILSON ZANDA GRELLA

Coordenação Comunicação
KATIUSCIA DA SILVA FERNANDES

Roteirista Quadrinhos
ANA CAROLINA RECALDE GOMES

Colorista Quadrinhos
MARINA DUARTE FERREIRA MAIDANA

Desenhista Quadrinhos
JOÃO SOARES RAMPI

Apoio Comunicação
EMANUELLY CASTRO DOS SANTOS
ADRIANO BRAGA BRESSAN
DJANIRES LAGEANO NETO
KAYO CESAR DE OLIVEIRA
LEONARDO GONÇALVES DE ALVARENGA
MARLUCY APARECIDA NANTES FERREIRA DE SOUZA
MONIQUE MATTOS AZEVEDO DE ALVARENGA
NATANIA APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA

Bolsista
BARBARA CRISTINA ANDRADE DALLA COSTA
RITA DE CÁSSIA CARVALHO GONÇALVES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

Reitora da UFMS
CAMILA CELESTE BRANDÃO FERREIRA ÍTAVO

Vice-reitor da UFMS
ALBERT SCHIAVETO DE SOUZA

PROJETO PROFISCO II / UFMS

Coordenação Geral
NAIRA DENISE KALB

Vice-Coordenação
CLAUDIO CESAR DA SILVA

Apoio Administrativo
EDEMIR PEREIRA FLORES JUNIOR

Coordenação Curso de Aperfeiçoamento
FERNANDA MALINOSKY COELHO DA ROSA

Coordenação Cartilhas
MILENE BARTOLOMEI SILVA

Supervisão Tutores
LUCIENE CLÉA DA SILVA

Supervisão Cartilhas / Professores Disciplinas
ELISABETH DE OLIVEIRA VENDRAMIN

Apoio em Diagramação
LENNON DEIVIS GRISON DE GODOI

Professores Disciplinas
FABIO DA SILVA RODRIGUES
CLESTON ALEXANDRE DOS SANTOS
WILSON RAVELLI ELIZEU MACIEL
YASMIN GOMES CASAGRANDA
FABIANO MARTINS TIOSSI
CRISTHIANE MARQUES PITALUGA
SUSANA CIPRIANO DIAS RAFFAELLI
GEMAEL CHAEBO

Professores Cartilhas
HELLEN JAQUELINE MARQUES
FABIANO ANTONIO DOS SANTOS
SANDRA NOVAIS SOUSA
CLAUDIA CARREIRA DA ROSA
MYRNA WOLFF BRACHMANN DOS SANTOS

Tutores
HELDER SAMUEL DOS SANTOS LIMA
MARIA CLAUDIA MANCUELHO MALTA
BARBARA BRUNA MATHIAS DE LIMA
RODRIGO SILVEIRA XAVIER
CASSIA JESUINO MENDES
FELIPE CARVALHO SILVA DE JESUS
DANIELLE SANTIAGO NEPOMUCENO DE SOUZA
RODRIGO OLIVEIRA GOMES
RAFAEL RIBEIRO GUIMARAES
JOSCELI ROBERTO GOMES PEREIRA
DIEGO GILBERTO FERBER PINEYRUA
ANDREIA COSTA MALDONADO
FABIO GOMES DA SILVA

Apoio em Elaboração Material Digital e Comunicação
ISAAC KOSLOSKI OLIVEIRA
EMILY FLORES SANTOS
BEATRIZ DE ALMEIDA COSTA
THAYSA RAFAELE GOMES LACERDA
EOS XAVIER (PEDRO EDUARDO XAVIER)
ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR
GUSTAVO PINHEIRO FUJINOHARA

Apoio em Interpretação de Língua de Sinais
ALEXSANDRO CARMONA DA SILVA
ITAMAR LOPES DOS SANTOS

Apoio em Revisão de Texto
TATHIELY SILVA DE ALMEIDA DORISBOR

Tradutores para línguas indígenas
PAULO BALTAZAR
MICHELI ALVES MACHADO

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS)

Reitora do IFMS
ELAINE CASSIANO

PROJETO PROFISCO II / IFMS

Coordenação Geral
CELENY FERNANDES ALVES

Vice-Coordenação
THALES FARIAS DUARTE

Professor Coordenador de Equipe
MÁRCIO OSSHIRO

Professor Coordenador Técnico
ALEXANDRE SOARES DA SILVA

Bolsistas da Equipe de Desenvolvimento dos Jogos
JONATHAN GONÇALVES MARZURKIEWICZ
LARISSA TIEMI FUJII ISHIBASHI
MARIANA ARFUX PEREIRA CAVALCANTE DE CASTRO
MILENY DOS SANTOS FIGUEIREDO
NICOLAS ALMEIDA VALENTE
TALITA DE QUEIROZ FLORENTINO
TAKUYA LEONARDO UCHINO

CONCURSO EDUCAÇÃO FISCAL

FINALISTAS

Digital Sociedade Civil
YASMIM CORADELO BARBOSA
NAIANE QUIRINO DE BIAZI
JOHNNY MACHADO LARROQUE
FRANCISCO JONATHAN DE LIMA JOAQUIM
CÉSAR RICARDO DA SILVA GALLARDO

Digital Estudante
MARIA RITA MACEDO FERREIRA
ELOA PRADO PAULA MACENA
VITÓRIA AKEMI SILVA IDE
STEFANY FIM ARÃO
ADRIAN BRAGA DA SILVA

Mão Livre/ Sociedade Civil
KELLY SANDIM IWAUCHI
DÉBORA EMY TEIXEIRA MACIEL
NATÃ RAMOS SOUZA
JESSE PAULINO RAMOS
EVERTON DOS SANTOS DE SÁ

Mão Livre/Estudante
MARJORIE DA SILVA AGUIAR
RENAN LUCAS FARIAS DA SILVA
EMMANUELLY APARECIDA DE LIMA
MARIANA DANTAS DA SILVA
JESSICA MARTINS DE MACEDO

MÓDULO 1 • EDUCAÇÃO FISCAL:
Conceitos e Concepções

MÓDULO 2 • EDUCAÇÃO FISCAL:
Marcos Legais e Políticas de Tributação

MÓDULO 3 • EDUCAÇÃO FISCAL:
Políticas Públicas e Direitos Sociais

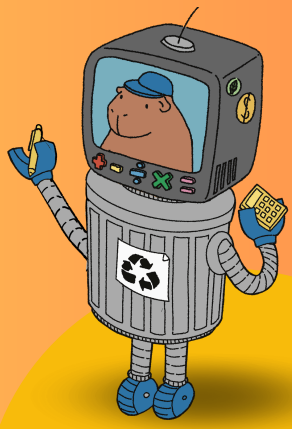
MÓDULO 4 • EDUCAÇÃO FISCAL:
Gestão Democrática de Recursos Públicos

MÓDULO 5 • EDUCAÇÃO FISCAL:
Cartilha do Professor - Orientações Práticas

PARA SABER MAIS ACESSE

educacaofiscalms

www.**educacaofiscal**.ms.gov.br



UFMS Universidade Federal de Mato Grosso do Sul · UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul · Instituto Federal Mato Grosso do Sul · FAPEC Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura · Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul · BID Banco Interamericano de Desenvolvimento · PROFISCO II Mato Grosso do Sul · SEFAZ Secretaria de Estado de Fazenda · Governo de Mato Grosso do Sul · Fazer bem feito para fazer dar certo.